



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Processo Administrativo n.º 25389.000280/2021-11

Pregão eletrônico para contratação de prestação de serviço contínuo com dedicação de mão-de-obra exclusiva

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES E CFTV DA FIOCRUZ

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para Prestação de Serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Telecomunicações e CFTV da Fiocruz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus apêndices:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Cód. PGC	Quantidade	Valor de Referência
1	Prestação de Serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Telecomunicações e CFTV da Fiocruz, com fornecimento de peças	Serv.	0198-8	1	R\$ 8.972.372,94

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço contínuo com dedicação de mão de obra exclusiva. Esta opção se faz necessária pois vai ao encontro das novas diretrizes de inovações tecnológicas da Instituição, onde os serviços de Telecomunicações serão transferidos para a rede de dados (Telefonia IP), e teremos uma grande demanda para implantação de redes de cabeamento estruturado e óptico. A mão de obra proposta neste contrato, estará apta para tal demanda, sem a necessidade de novas contratações de empresas para tais serviços (construção de cabeamento estruturado).

1.3. Os quantitativos e os respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Justificativa

2.2. De acordo com o Art. 7º da Instrução Normativa nº. 02, de 30 de abril de 2008, as atividades de Telecomunicações serão, preferencialmente, objeto de execução indireta.

2.3. A contratação dos serviços é imprescindível pela necessidade de prover a manutenção preventiva e corretiva dos Sistemas de Telecomunicações existentes e futuros, objetivando manter a comunicação interna e externa da FIOCRUZ, além de evitar problemas para os equipamentos instalados e os que virão a ser instalados nos campi.

2.4. Assim sendo, a manutenção preventiva e corretiva especializada agregará qualidade e agilidade às necessidades de demanda aos serviços prestados.

Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

2.4.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam à atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2.4.2. A contratação dos serviços em tela tem natureza continuada por serem necessários à Fiocruz para o desempenho de suas atribuições, em obediência às determinações legais, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades finalísticas bem como ao seu suporte.

Agrupamento dos itens em lotes

2.4.3. Os serviços a serem contratados, de acordo com este Termo de Referência, estão definidos em um único item e indivisível, sendo, portanto, não aplicado o agrupamento em lotes.

Modalidade

2.4.4. Pregão Eletrônico.

Objetivo

2.5. A contratação destes serviços tem como objetivo garantir o atendimento das necessidades e das demandas nas áreas de Telecomunicações e de CFTV, de modo a conferir pleno funcionamento aos Sistemas de Telecomunicações e Circuito Fechado de TV desta área, na Instituição. Visto que a comunicação, seja via rede telefônica, dados, entre outras, é insumo fundamental para o dia a dia de qualquer Organização. Os meios para essa comunicação fluir precisam estar em condições normais de operação para cumprir seu papel. Assim como, os Sistemas de CFTV precisam estar aptos e disponíveis a atender toda a demanda de departamento de Segurança Patrimonial. Para garantir isso, há necessidade de prover serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva; instalação de Sistemas de Telecomunicações e CFTV, com todo os componentes que os abrangem; modernização e atualização

do parque instalado; reparo e/ou execução em redes internas e externas; reparo e/ou execução de redes estruturadas; reparo e/ou lançamento de cabos metálicos e de fibra ótica nos campi da Fiocruz, com a finalidade de agilizar o atendimento das necessidades e das demandas de serviços, garantindo o pleno funcionamento dos Sistemas de Telecomunicações e de Circuito Fechado de TV.

Motivação da contratação

2.6. A contratação se faz necessária e essencial pela necessidade de prover a manutenção preventiva e corretiva dos Sistemas de Telecomunicações e CFTV existentes na Fiocruz.

2.7. A FIOCRUZ possui, nos campi do Rio de Janeiro, diversas unidades voltadas para ensino, pesquisa, inovação, produção, assistência, desenvolvimento tecnológico, apoio administrativo e extensão no âmbito da saúde, há ainda uma unidade técnica, atuante na produção de animais de laboratório e derivados de animais.

2.8. A contratação também se faz imprescindível pela necessidade de prover, às unidades dos campi FIOCRUZ, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos existentes e futuros de Telecomunicações e CFTV, objetivando manter as comunicações da instituição em pleno funcionamento.

2.9. Assim sendo, a manutenção preventiva e corretiva especializada agregará qualidade aos serviços prestados à população, na medida em que todos os espaços e equipamentos poderão funcionar em sua plenitude.

Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação

2.10. O benefício da contratação será a garantia de continuidade do pleno funcionamento dos Sistemas de Telecomunicações (englobando a Telefonia IP) e CFTV, assim como o reparo nos mesmos, contribuindo para um ganho de produtividade da instituição.

Demonstrativo de resultados a serem alcançados com a contratação

2.11. O principal resultado a ser alcançado com a contratação será a garantia do funcionamento pleno dos Sistemas de Telecomunicações, Telefonia IP e CFTV, assim como a agilidade nos reparos desses sistemas, contribuindo com a produtividade da instituição.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, têm como requisito principal, garantir a sustentação e a plena utilização da solução durante a vigência do contrato. Inclui o atendimento para sanar dúvidas relacionadas com instalação, configuração e uso dos equipamentos ou para correção de problemas desses, em especial na configuração de parâmetros, falhas, erros, defeitos ou vícios identificados no funcionamento dos sistemas.

5.3. Soma-se ainda o fato de os campi da Fiocruz possuírem aproximadamente 8200 ramais instalados, 1350 canais digitais e cerca de 70 canais analógicos. Tal demanda requer uma mão de obra permanente e exclusiva para a Instituição, já que permanentemente haverá necessidade de manutenções preventivas e corretivas.

5.4. Inclusive, não há separação rígida entre a função do técnico que realiza a manutenção preventiva, com o técnico que realiza a manutenção corretiva, de forma que ambos podem realizar as mesmas funções a critério da empresa.

5.5. Além disso, é bastante complexo definir e quantificar o valor de homem-hora para o contrato, devido à dinamicidade dos serviços prestados, bem como distintas complexidades para a realização de reparos e substituição de peças.

5.6. A escolha da dedicação exclusiva de mão de obra, e a consequente realização de planilha por posto de trabalho, porém, não impede que seja feito um critério de aferição de resultados através de um Instrumento de Medição de Resultados por quantidade de preventivas realizadas na qualidade descrita no edital, assim como um Instrumento de Medição de Resultados baseado na aprovação dos usuários nas corretivas, que inclusive só é indicado para contratações com dedicação de mão de obra, em forma de ANS, e não em planilha de custos, conforme disposto no Art. 11, § 3º da IN SLTI / MPOG nº 02/2008.

5.7. Pelo todo exposto, a única escolha possível de contratação é o da dedicação exclusiva de mão de obra para o serviço de manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de telecomunicações, que utiliza planilha por posto de trabalho, mas que utiliza também critério de aferição de resultado através de Instrumento de Medição de Resultados.

5.8. A CONTRATADA obriga-se a apresentar todas as documentações exigidas, atualizadas e em dia com as obrigações legais, relativas à sua atividade, incluídas as respectivas ART dos profissionais ora envolvidos no presente contrato em um prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de assinatura do contrato. Em caso de substituição do profissional após o início do serviço, a CONTRATADA deverá apresentar a ART do novo profissional em substituição ao profissional anterior, em um prazo de 10 (dez) dias após sua aprovação pela CONTRATANTE.

5.9. A CONTRATADA deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, no início da vigência do contrato, e sempre que houver alteração e/ou substituição, profissionais detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente registrados na entidade profissional competente (CREA), quando cabível, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico, que comprovem que os profissionais tenham experiência e executado serviços relativos à Manutenção de Sistemas de Telecomunicações, Sistemas IP e Sistemas CFTV.

Do serviço de manutenção preventiva e corretiva

5.9.1. A manutenção preventiva será realizada em visitas mensais em cada um dos Sistemas de Telecomunicações e Equipamentos do Sistema de CFTV, considerando se tratar de tempo suficiente para o cumprimento das rotinas de prevenção de acordo com as soluções encontradas no mercado. Inclui-se

na manutenção preventiva a atualização do Software dos sistemas de Telecomunicações e dos sistemas de CFTV IP. Por sua vez, a manutenção corretiva é eventual, ou seja, acontece quando o equipamento apresenta alguma falha e fica indisponível, necessitando de reparos e correção.

Serviços sob demanda:

5.9.2. Além dos serviços de manutenção de Telecomunicações e CFTV, para este contrato serão adicionados serviços que serão solicitados sob demanda, ou seja, não farão parte das atividades rotineiras do contrato, porém estarão disponíveis para a instituição. Esta demanda é mais um aperfeiçoamento do modelo de contratação, baseado na série histórica deste contrato, pois os serviços listados no Apêndice 9, fazem parte de uma lista de serviços que são extremamente úteis à instituição, porém, não faziam parte dos contratos anteriores, o que causava muitos transtornos quando da necessidade deles.

5.9.2.1. Os serviços sob demanda serão quantificados na unidade de meia-diária, conforme descrito na tabela do item 8.26, e foram dimensionados por estimativa, pois não há histórico dos serviços a serem prestados nesta modalidade.

Do Fornecimento de Peças e Equipamentos

5.9.3. Em relação ao custeio para fornecimento de materiais e peças necessárias durante a execução das manutenções preventivas e corretivas, foi possível utilizar histórico de uso de peças em virtude da experiência dos contratos anteriores. Portanto, em relação ao fornecimento de materiais e peças, será estimado um saldo que não seja excessivo, mas que também dê segurança para que as manutenções tenham suporte de peças para que sejam eficazes. Ressalta-se que, diante do histórico de manutenções dos equipamentos, esta é a melhor alternativa. Ademais, o saldo é uma previsão para custeio, de forma que seu valor total poderá não ser utilizado, pois depende da real necessidade a ser verificada durante as manutenções. Os materiais e peças a que se refere este item, estão constantes no APÊNDICE 03.

Pessoal para a execução dos serviços:

5.9.4. A Contratada deverá dispor em seu quadro próprio de funcionários, técnicos qualificados para executar todos os serviços, Manutenções preventivas e corretivas, dentro dos prazos constantes no item 8.57 deste Termo de Referência;

5.9.5. O Supervisor Técnico da Contratada deverá estar presente para o acompanhamento dos serviços.

5.9.6. O prazo máximo para o comparecimento de um Responsável Técnico habilitado pela empresa contratada na Fiocruz será até 02 (duas) horas, após a solicitação da Fiscalização.

5.9.7. A Fiocruz reserva-se o direito de exigir a substituição imediata de qualquer profissional da Contratada que, por avaliação sua, não possua o conhecimento técnico e postura profissional, necessária à perfeita realização dos serviços.

5.9.8. Todos os técnicos do contrato deverão possuir treinamento de redes de dados. A Contratada terá o prazo de 120 dias para treinar a equipe e se adequar à necessidade;

5.9.9. A fiscalização poderá, a qualquer tempo, certificar-se do treinamento da equipe através de testes, e caso algum profissional não esteja apto para a execução do objeto, a contratada deverá providenciar esse treinamento do profissional;

5.9.10. A contratada deverá providenciar a reciclagem do treinamento dos profissionais, anualmente, nos três primeiros meses de vigência, nos casos em que haja prorrogação do contrato;

5.9.11. A Contratada terá o prazo de 30 dias para apresentar o certificado de treinamento das NR33 e NR35 de todos os postos de trabalho;

5.9.12. Os profissionais necessários para a prestação dos serviços exigidos neste Termo de Referência são os seguintes:

5.9.12.1. Preposto da Contratada

A Contratada deverá nomear um representante responsável pelos serviços prestados, com a finalidade de garantir a plena execução desses, fiscalizando e orientando administrativamente os seus funcionários, de forma a cumprirem com as suas obrigações profissionais e contratuais determinadas pela Contratante.

5.9.12.1.1. O Preposto terá a obrigação de reportar-se, quando necessário, ao FISCAL do contrato e providenciar que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

5.9.12.1.2. O preposto deverá participar de reuniões periódicas com o FISCAL do Contrato, no mínimo uma vez por mês e/ou sempre que for solicitado.

5.9.12.2. Supervisor (Residente)

O Supervisor ficará lotado no campus de Manguinhos da FIOCRUZ, junto com a equipe de executores que terão carga horária de 2ª a 6ª feira de 07:30h a 17:18h, tendo como principais atribuições: a programação, a priorização e a distribuição dos serviços solicitados para atender a demanda em tempo hábil; fiscalização dos serviços e da equipe técnica na execução dos serviços, de forma a manter os padrões técnicos estabelecidos pela FIOCRUZ; revisar e corrigir, caso necessário, as ordens de serviços (OS) e requisições de serviços (RS) antes de enviar ao FISCAL do contrato. Ref: MTE-CBO-9109.

5.9.12.2.1. O Supervisor deverá comprovar experiência mínima de 05 (cinco) anos e ter realizado atividades de supervisão técnica/administrativa em instalação e manutenção de Sistemas de Telecomunicações, além de experiência em redação de relatórios, laudos técnicos, leitura e entendimento de plantas de arquitetura e desenhos técnicos;

OBS.: Caso o supervisor proposto não tenha o tempo de experiência mínimo, este deverá ser aprovado pelo fiscal do contrato.

5.9.12.2.2. O Supervisor deverá possuir registro no seu respectivo conselho de classe (CFT/CRT), e possuir qualificação técnica nas seguintes especialidades:

5.9.12.2.2.1. Telecomunicações ou Eletrônica;

5.9.12.3. Técnico de Telecomunicações (Residente)

Os Técnicos de Telecomunicações terão carga horária de 2ª a 6ª feira, de 07:30h a 17:18h e ficarão lotados no campus de Manguinhos da FIOCRUZ. Terão como principais atribuições: instalação, operação, programação/configuração, manutenção preventiva e corretiva em Sistemas de Telecomunicações, programação de centrais telefônicas através de equipamentos e instrumentos específicos, levantamento da situação das instalações e infraestruturas do Parque de Telecomunicações da Contratante, implantação e manutenção de redes de cabeamento estruturado. Ref: MTE-CBO-3133.

5.9.12.3.1. Ao menos um dos Técnicos de Telecomunicações, deverá ter os seguintes requisitos:

5.9.12.3.1.1. Treinamento pelo fabricante, em centrais telefônicas tipo PABX nos modelos HIPATH 4000 e 3000, para realização de configurações avançadas e configurações relacionadas à telefonia IP (Ramais e troncos IP);

5.9.12.3.1.2. Conhecimentos Intermediários de Telefonia IP;

5.9.12.3.1.3. Conhecimentos Básicos de Sistema Operacional Linux e do software Asterisk.

5.9.12.3.2. O Técnico de telecomunicações deverá possuir registro no seu respectivo conselho de classe (CFT/CRT), e possuir qualificação técnica, em ao menos uma das seguintes especialidades:

5.9.12.3.2.1. Telecomunicações;

5.8.12.3.2.2. Eletrônica, desde que comprove experiência profissional de no mínimo 5 anos exercendo atividades equivalentes às do objeto deste TR;

5.8.12.3.2.3. Outra especialidade técnica, desde que comprove experiência de no mínimo 10 anos exercendo atividades equivalentes às do objeto deste TR;

5.9.12.4. Técnico de CFTV (Residente)

Os Técnicos de Circuito Fechado de TV (CFTV) terão carga horária de 2ª a 6ª feira, de 07:30h a 17:18h e ficarão lotados no campus de Manguinhos da FIOCRUZ. Terão como principais atribuições: instalação, operação, programação/configuração, manutenção preventiva e corretiva em Sistemas de CFTV, programação de câmeras IP e Analógicas, NVR's e DVR's, através de equipamentos e instrumentos específicos, levantamento da situação das instalações e infraestruturas do Parque de CFTV da Contratante, implantação e manutenção de redes de cabeamento de CFTV e apoio a projetos de CFTV. Ref: MTE-CBO-3133.

5.9.12.4.1. Ao menos um dos Técnicos de CFTV, deverá ter os seguintes requisitos:

5.9.12.4.1.1. Treinamento de Instalação e Configuração de equipamentos de CFTV IP;

5.9.12.4.1.2. Conhecimentos Intermediário de Redes de Dados;

5.9.12.4.2. O Técnico de CFTV deverá possuir registro no seu respectivo conselho de classe (CFT/CRT), e possuir qualificação técnica, em ao menos uma das seguintes especialidades:

5.9.12.4.2.1. Eletrônica;

5.9.12.4.2.2. Outra especialidade técnica, desde que comprove experiência de no mínimo 5 anos exercendo atividades equivalentes às do objeto deste TR;

5.9.12.5. Técnico de CATV

As atividades dos técnicos de Circuito Aberto de TV (CATV) estão definidos como sob demanda, e somente serão utilizados, quando houver necessidade de reparos e configurações de sistemas de CATV;

OBS.: A qualificação dos Técnicos de CATV, deverá ser equivalente à dos técnicos de CFTV;

5.9.12.6. Ajudante de Reparador (Telecomunicações)

As atividades dos ajudantes de reparadores estão definidas como sob demanda, e somente serão utilizados, quando houver necessidade de serviços de Telecomunicações que não tenham complexidade técnica;

OBS.: A qualificação dos ajudantes de reparadores, deverá ser somente a comprovação de experiência de no mínimo 5 anos em atividades equivalentes às que serão executadas na demanda;

5.10. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.11. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR, **itens 12 e 13.**

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada, e/ou no edital, como requisito previsto em lei especial.

6.1.1. A contratada deverá executar os serviços sem nenhum impacto ao meio-ambiente, respeitando sempre todas as normas e procedimentos vigentes sobre o assunto;

6.1.2. A contratada deverá executar os serviços, disponibilizar materiais, ferramentas e equipamentos seguindo as normas vigentes (Federal, Estadual, Municipal e normas internas à Fiocruz) quanto à manipulação e descarte de qualquer material utilizado para a execução da manutenção.

6.1.3. A contratada deverá se responsabilizar pela separação, acondicionamento, transporte e disposição final (descarte, reciclagem ou tratamento) de todo o material substituído durante a execução do contrato, devendo comprovar a adoção de critérios de sustentabilidade em suas ações, de acordo com o art. 6º da IN MPOG nº 01/2010, bem como ter práticas ambientais para o descarte seguro dos resíduos gerados, em consonância com a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.1.4. Todos os materiais/ferramentas a serem utilizados devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT, além de serem observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis, ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.1.5. Todos os materiais a serem utilizados devem, quando cabível, ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.1.6. A contratada deverá, no que for cabível, usar produtos e objetos que obedeçam as classificações e as especificações determinadas pela ANVISA; racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes, substituindo-as, sempre que possível, por outras atóxicas ou de menor toxicidade; adotar medidas e instruir seus empregados para que, durante o desenvolvimento das ações de manutenção, estejam atentos ao consumo e ao desperdício de energia elétrica e de água, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003 e em legislações posteriores; adotar medidas e instruir seus empregados a reduzirem a produção de resíduos sólidos da construção civil, observadas sempre as normas ambientais vigentes.

- 6.1.7.** As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da prestadora de serviço, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.
- 6.1.8.** Utilizar produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis.
- 6.1.9.** O serviço deverá ser realizado gerando o menor volume de resíduos possível.
- 6.1.10.** É obrigatório que a contratada tenha conhecimentos ambientais e cumpra a legislação ambiental local vigente, apresentando todas as documentações pertinentes.
- 6.1.11.** Os materiais a serem descartados, deverão ser encaminhados para o setor de meio ambiente da Fiocruz, e quando este não puder o fazer, informará como deverá ser feito;
- 6.1.12.** Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA deverão, quando possível, possuir o selo “ROHS” de proteção ao meio ambiente.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 10 horas às 14 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail telecom@fiocruz.br, podendo sua realização ser comprovada por:

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

OU

b) Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e das peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, e que assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste argumento, para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Apêndice 6 deste Edital.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado(a), apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, à licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto compreende na prestação dos seguintes serviços:

8.2. Instalação, programação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva nos seguintes itens:

8.2.1. Centrais telefônicas do tipo PABX de fabricação Siemens e seus respectivos periféricos;

8.2.2. Sistemas de Telefonia IP (IPBX) e seus respectivos periféricos;

8.2.3. Sistemas de CFTV e seus respectivos periféricos;

8.2.4. Redes metálicas;

8.2.5. Redes ópticas, incluindo fusão e testes;

8.2.6. Redes subterrâneas, incluindo, desobstrução;

8.2.7. Redes de CFTV e CATV;

8.2.8. Redes de dados e cabeamento estruturado, incluindo:

8.2.8.1. Montagem de Racks;

8.2.8.2. Conectorização de Patch Panels;

8.2.8.3. Conectorização de Voice Panels;

8.2.8.4. Conectorização de blocos IDC;

8.2.8.5. Certificação de pontos de rede, Categorias 5e, 6 e 6A

8.2.9. Linhas telefônicas em par metálico;

OBS.: Os itens 8.2.5 (Fusão e testes em fibras ópticas), 8.2.6 (Desobstrução de redes subterrâneas) e 8.2.8.5 (Certificação de redes Categorias 5e, 6 e 6A) serão cobrados sob demanda e estão descritos no Apêndice 9;

8.3. Instalação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, incluindo fusão, em redes de fibra óptica (dados e voz), redes estruturadas e redes metálicas;

8.4. Instalação, remanejamento e manutenção corretiva de ramais de PABX do tipo analógico, digital e IP;

8.5. Instalação, remanejamento e manutenção corretiva de linhas telefônicas direta, privadas e troncos do tipo analógico e digital;

8.6. Instalação, remanejamento, identificação, localização e reparo de defeitos, revisão e levantamento de situação de: infraestrutura, redes telefônicas internas e externas (aérea e subterrânea), redes estruturadas cat 5 e 6, rack, distribuidor geral, PTR e redes ópticas;

8.7. Instalação, remanejamento e reparo de aparelhos telefônicos do tipo convencional, digital e sem fio;

8.8. Instalação, remanejamento e programação de aparelhos de fax. A manutenção corretiva de aparelhos de fax, somente será realizada pela contratada, se não houver necessidade de substituição de peças;

- 8.9.** Instalação, remanejamento e configuração de ramais IP. A manutenção corretiva dos aparelhos IP, somente será realizada pela contratada, se não houver necessidade de substituição de peças;
- 8.10.** Acompanhamento da contratada aos técnicos de fornecedores e de concessionárias de telecomunicações, por ocasião de novas instalações, reparos e quaisquer outros serviços relacionados ao escopo deste Termo de Referência;
- 8.11.** Manutenção preventiva nas centrais telefônicas e seus respectivos periféricos, com preenchimento do check list fornecido pela fiscalização do contrato. A contratada poderá se utilizar de outro check list desde que aprovado previamente pelo fiscal do contrato, assim como a fiscalização do contrato poderá modificar e/ou alterar, a qualquer momento que desejar, em função de novas tecnologias aplicadas no parque de telecomunicações da contratante;
- 8.12.** Manutenção preventiva mensal nas linhas tronco analógicas e digitais das centrais telefônicas. Atualmente existem, aproximadamente, 45 (quarenta e cinco) circuitos digitroncos, totalizando 1350 (um mil, trezentos e cinquenta) canais;
- 8.13.** Manutenção preventiva mensal nas linhas telefônicas individuais das operadoras de telefonia fixa, que se encontram instaladas diretamente no local de trabalho de cada usuário e as que forem instaladas futuramente. Atualmente existem, aproximadamente, 40 (quarenta) linhas instaladas;
- 8.14.** Manutenção corretiva com reparo e/ou substituição das peças defeituosas necessárias a eliminação dos defeitos no parque de telecomunicações dos campi;
- 8.15.** Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de CFTV, incluindo câmeras IP e analógicas, gravadores digitais e analógicos (DVR), IP(NVR) e híbridos;
- 8.16.** Acompanhamento técnico aos projetos de modernização dos sistemas de CFTV;
- 8.17.** Testes e ensaios de equipamentos de telecomunicações e CFTV;
- 8.18.** Execução de levantamentos da situação das instalações, equipamentos, redes e infraestruturas, para suporte a projeto e atualização dos cadastros de centrais telefônicas PABX, PTR, linhas telefônicas, distribuidor geral, redes de telecomunicações (voz e dados) e CFTV, em todos os campi. Após a execução de tais serviços, a contratada deverá enviar ao fiscal do contrato, ou solicitante, um relatório descritivo da situação do que foi levantado, e o que foi feito pela equipe técnica;
- 8.19.** Execução de certificação de pontos de rede, quando solicitado pelo setor de telecomunicações;
- 8.20.** Os serviços contratados abrangem todo o parque de telecomunicações e de CFTV existentes à época da contratação, assim como o que venha a ser acrescido ao mesmo, durante a vigência do contrato;

Relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviços a serem contratados

- 8.21.** Os serviços serão executados nas centrais telefônicas (PABX), redes de telecomunicações, redes de dados e cabeamento estruturado, cabeamentos de fibra óptica e VoIP (Asterisk), equipamentos de CFTV (câmeras, DVR's e NVR's) e redes de CFTV, em todo os campi da Fiocruz no Rio de Janeiro, conforme item 8 do Termo de Referência.
- 8.22.** As manutenções preventivas serão realizadas em todos os equipamentos ativos de telecomunicações, centrais telefônicas ou servidores IP, da FIOCRUZ, conforme APÊNDICE 1, tabela 1, de segunda-feira a sexta-feira, dentro do horário comercial, para execução de rotinas mensais.
- 8.23.** As manutenções corretivas serão realizadas em todas as redes de telecomunicações, dados e cabeamento estruturado, assim como nos equipamentos ativos (centrais telefônicas ou servidores IP), em todo os campi da Fiocruz no Rio de Janeiro, e excepcionalmente, nos campi localizados fora do Estado do Rio de Janeiro, conforme APÊNDICE 1, Tabelas 1 e 2, de segunda-feira a sexta-feira, dentro do horário comercial. Havendo a necessidade de atendimento aos campi fora do Estado do Rio de Janeiro, o deslocamento dos profissionais para atendimento da demanda será custeado pela Contratante.
- 8.24.** As manutenções corretivas dos sistemas de CFTV serão realizadas em todos os ativos, câmeras, DVR's e NVR's, conforme APÊNDICE II, de segunda-feira a sexta-feira, dentro do horário comercial.
- 8.25.** A previsão é de executar 100% (cem por cento) da demanda exigida.
- 8.26.** O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Supervisor	9109	Residente	Posto	1
2	Técnicos	3133	Residente	Posto	12
3	Técnicos	3133	Sob demanda	½ Diária (meia diária)	1100
4	Ajudante de Reparador (Telecomunicações)	7321-30	Sob demanda	½ Diária (meia diária)	600

Tipos de Serviços

8.27. Manutenção Corretiva

Manutenção corretiva imediata para qualquer serviço constante no **APÊNDICE 1, Tabela 1**, assim como qualquer sistema de telecomunicações constante no **APÊNDICE 1, Tabela 2**, e seus respectivos acessórios e equipamentos auxiliares, que apresentar defeito de funcionamento.

- 8.27.1.** Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados por técnicos, portando a Ordem de Serviço de Manutenção Corretiva da contratada, e quando for necessário, por técnicos especializados da contratada, por solicitação do fiscal do contrato;
- 8.27.2.** Para as manutenções corretivas de qualquer serviço ou equipamento/sistema, a contratada deverá emitir uma Ordem de Serviço e a Fiscalização dará o aceite, após a conclusão do serviço;
- 8.27.3.** Os serviços executados terão uma garantia de no mínimo 06 (seis) meses. Para as peças/materiais utilizados, ficará valendo o prazo de garantia dos fabricantes, sendo a contratada a responsável por acionar o fabricante/fornecedor para providenciar a substituição;
- 8.27.4.** Nenhum equipamento, ou serviço, poderá ficar parado aguardando a substituição de qualquer peça/material, por motivo de garantia e/ou qualquer outro motivo. A contratada deverá providenciar imediatamente a substituição de qualquer peça/material que esteja no período de garantia ou não, conforme prazos estabelecidos nos itens **8.57.1**, **8.57.2** e **8.57.3**;
- 8.27.5.** As ferramentas e os materiais de apoio necessários à execução dos serviços de manutenção serão fornecidos pela contratada, tais como: chaves de fenda e phillips, alicates de bico e corte, alicate de crimpar, conectores de blocos de engate rápido, sinalizador sonoro, testador de cabos, multímetro digital, e demais itens constantes nos itens **9.3.5** e **9.3.6**, necessários à execução dos serviços;

Obs.: Os serviços que necessitem de ser executados exclusivamente pelo fabricante ou representante de qualquer sistema ou equipamento, o custo será de responsabilidade total da contratada, devendo estar previsto no valor contratual.

8.28. Manutenção Preventiva

Manutenção preventiva em cada sistema de telecomunicações e em seus respectivos acessórios e equipamentos auxiliares, efetuando todos os requisitos determinados/preconizados pelo check list a ser fornecido pela fiscalização da Fiocruz.

8.28.1. Os serviços de manutenção preventiva só devem ser executados com a Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva da contratada, em mãos;

8.28.2. Durante o serviço de manutenção preventiva poderá ser verificada a necessidade de intervenção de manutenção corretiva. A contratada deve abrir uma ordem de serviço, especificando o trabalho a ser realizado e o material a ser utilizado para aprovação da Fiscalização da Fiocruz;

8.28.3. Após a execução de cada verificação, a contratada deverá anotar na planilha de controle de manutenção do equipamento, a data de execução, a data da próxima preventiva, a identificação do técnico que realizou a intervenção e o número da ordem de serviço. As planilhas deverão ser acondicionadas em capa plástica transparente e fixadas ao equipamento, em lugar visível.

8.28.4. Periodicidade das manutenções preventivas

As manutenções preventivas deverão seguir as seguintes periodicidades:

8.28.4.1. Mensal

8.28.4.1.1. Verificação dos sistemas de telecomunicações conforme check list;

8.28.4.1.2. Verificação de baterias e sistema de nobreak dos sistemas de telecomunicações;

8.28.4.1.3. Backup da programação do equipamento;

8.28.4.1.4. Vistoria das portarias de acesso ao campus, para verificação dos equipamentos de CFTV;

8.28.4.2. Semestral

8.28.4.2.1. Verificação e rearranjo dos DG's dos equipamentos;

8.28.4.2.2. Verificação e rearranjo dos armários intermediários e atualização das planilhas de mapeamento desses;

8.28.4.2.3. Verificação e rearranjo do PTR e atualização das planilhas de mapeamento desse;

8.28.4.2.4. Verificação e rearranjo dos racks e atualização das planilhas de mapeamento desses;

8.28.4.2.5. Verificação e rearranjo do cabeamento de chegada aos equipamentos de CFTV, e atualização das planilhas de quantitativo e status desses;

8.28.4.3. Anual

8.28.4.3.1. Verificação da rede subterrânea de dutos do campus Manguinhos e identificação de possíveis trechos obstruídos.

OBS.: A contratada deve observar todas as rotinas de manutenção preventiva recomendada pelos fabricantes dos equipamentos, objeto deste contrato. As rotinas descritas neste documento são rotinas mínimas e não exime a contratada de executar a manutenção em todas as instalações e equipamentos, objetos do contrato. Sendo assim, a contratada deverá elaborar um plano de manutenção preventiva e entregar para aprovação da fiscalização, em até 45 dias do início do contrato.

Durante a realização das preventivas, ao ser identificado qualquer anormalidade/irregularidade, a contratada deverá proceder a regularização imediata. Caso a regularização envolva a necessidade de substituição de qualquer peça ou partes do equipamento, a FISCALIZAÇÃO deverá autorizar a execução previamente.

Forma de execução dos serviços

8.29. Os serviços serão executados durante o horário comercial, ou seja, de 2ª a 6ª feira, das 07:30h às 17:18 h, salvo em contrário os serviços que necessitarem de execução em outro horário qualquer, desde que comunicado com antecedência e autorizado pelo FISCAL do contrato e sem ônus extra e sem nenhum vínculo empregatício, trabalhista e jurídico para a FIOCRUZ;

8.30. Para os serviços sob demanda, o período de meia diária é compreendido por 4 horas de serviço, onde no período da manhã se inicia às 08:00h e termina às 12:00h. No período da tarde, se inicia às 13:00h e termina às 17:00h. Caso o serviço a ser executado seja fora desses períodos, esse deverá ser acordado com a fiscalização do contrato.

8.31. Incumbe à contratada gerenciar integralmente as atividades da equipe técnica alocada para a execução dos serviços, mantendo empregados que serão denominados, para fins de contrato, "Supervisor Técnico" e "Técnico de Telecomunicações", responsáveis pelas atividades executadas pela equipe técnica, aos quais serão transmitidas as instruções, orientações e normas para execução das atividades;

8.32. Os profissionais que estiverem residentes na Fiocruz deverão ser devidamente registrados em conformidade com o disposto na CLT, principalmente no tocante ao enquadramento nos cargos que efetivamente exercerão e com a remuneração consignada na sua proposta de preços, que deverá ser compatível com a Convenção Coletiva de Trabalho apresentada;

8.33. Os serviços serão demandados pelos usuários através da plataforma DIRACWEB ou outra equivalente, a qual repassará através de uma Requisição de Serviços (RS) própria à contratada, para execução;

8.34. A empresa contratada será a responsável pelo total preenchimento das guias de requisições de serviços, bem como pelas informações nela contidas;

8.35. A contratada deverá disponibilizar a seus colaboradores, blocos de Ordem de Serviços (OS) com numeração sequencial contendo no mínimo, as seguintes informações:

- Nome e logotipo da contratada
- Nº da Requisição de Serviço (RS)
- Nome do cliente atendido
- Nome da Unidade do cliente atendido
- Nome do Setor da Unidade do cliente atendido
- Nome do prédio onde se encontra o cliente atendido

- Nome do solicitante do serviço realizado
- Nº do telefone de contato do solicitante do serviço
- Data e hora em que foi solicitado o serviço pelo cliente
- Data e hora de início de atendimento do serviço
- Data e hora de conclusão dos serviços solicitados
- Descrição do serviço solicitado
- Defeito constatado
- Descrição técnica do serviço executado
- Descrição dos materiais e respectivas quantidades utilizadas para realização do serviço solicitado
- Nome legível e assinatura do trabalhador que realizou o serviço solicitado
- Espaço para o nome, assinatura e carimbo do solicitante, após a conclusão satisfatória dos serviços solicitados
- Espaço para observações

A contratada deverá apresentar, mensalmente, relatórios gerenciais, os quais a fiscalização poderá verificar a quantidade de chamados, o prazo de execução, os tipos de serviços executados, dentre outras questões.

8.36. Os funcionários da contratada não poderão iniciar suas atividades nas dependências da Fiocruz, sem a utilização de uniforme e crachás padronizados, que serão fornecidos pela mesma e deverão ser submetidos à prévia autorização da fiscalização da Fiocruz. Estes deverão estar sempre em bom estado de conservação, cabendo à fiscalização da Fiocruz o direito de solicitar de imediato a troca do uniforme, quando não estiver em bom estado. A contratada terá o prazo de 7 dias corridos, a partir da comunicação formal, que poderá ser por e-mail, para efetuar a troca solicitada;

8.37. Antes do início dos serviços, a contratada enviará à fiscalização da Fiocruz para avaliação, o currículo de cada profissional que ficará residente na Fiocruz, devendo proceder da mesma forma, caso haja necessidade de substituição;

8.38. Em todo serviço, deverão ser preenchidos todos os campos da Requisição de Serviço, emitida pelo sistema de aberturas de chamados DIRACWEB ou equivalente, individualizado por chamado técnico, que deverão ser entregues no setor de telecomunicações pelos funcionários da contratada, assinado e carimbado pelo usuário responsável pelo chamado e com horário exato de atendimento;

Aceitação dos serviços

8.39. A comprovação que o serviço foi executado satisfatoriamente conforme solicitado, será através da assinatura e do carimbo do solicitante na ordem de serviço (OS) da contratada;

8.40. A manutenção e os reparos deverão ser sanados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, a partir da solicitação;

8.41. As instalações e os remanejamentos deverão ser executados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, a partir da solicitação, salvo em contrário, no prazo estipulado pelo FISCAL do contrato;

8.42. No caso em que o serviço solicitado não seja realizado no prazo contratual e/ou determinado pelo FISCAL do contrato, a contratada deverá encaminhar por escrito, os motivos e justificativas pelo atraso, para apreciação do FISCAL do contrato;

8.43. A contratada deverá atender os chamados, conforme prazos estipulados no **item 8.57 e nos subitens 8.57.1, 8.57.2 e 8.57.3.**

8.44. São de responsabilidade da contratada todos os custos decorrentes do acerto dos serviços impugnados pela fiscalização da Fiocruz, por não estarem de acordo com o padrão de qualidade exigido, com essas especificações ou com as Normas Técnicas aludidas;

8.45. Todas as instalações deverão ser executadas com esmero e bom acabamento, com todos os condutores, cabeamento, caixas e demais componentes do sistema de rede, cuidadosamente arrumados em posição adequada, e firmemente ligados às estruturas e demais suportes;

8.46. De forma que as requisições de serviços sejam executadas em conformidade com o solicitado e dentro do nível de serviço requerido, deverá existir a figura do Supervisor Técnico que será o responsável por controlar os chamados direcionados para a área da contratada, verificando se os recursos necessários à atividade estão disponíveis para a execução do serviço. O Supervisor Técnico será a interface da contratada com a fiscalização da Fiocruz para receber a demanda de serviços;

8.47. Os serviços sob demanda somente serão aceitos pela fiscalização do contrato;

8.48. Os serviços sob demanda, em nenhuma hipótese, deverão ser estendidos. A demanda deverá ser totalmente executada e finalizada dentro do período solicitado pela fiscalização do contrato. Caso haja a impossibilidade de execução da demanda dentro do prazo solicitado pela fiscalização do contrato, a extensão do período deverá ser autorizada pela fiscalização.

8.49. Não são de responsabilidade da Fiocruz:

8.49.1. Deslocamento dos profissionais e suas respectivas despesas (passagem, alimentação, dentre outros);

8.49.2. Custos da logística na operação de transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e pessoal;

8.49.3. Custos de envios de peças, por parte da contratada, para reparo em rede autorizada do fabricante;

8.50. A fiscalização da Fiocruz poderá solicitar, a qualquer tempo, a substituição dos técnicos que não estiverem atingindo os níveis de qualidade, postura e desempenho esperados, por intermédio de avaliação própria e reservada;

8.51. Os técnicos da Fiocruz poderão, quando julgarem necessário, acompanhar a execução dos serviços prestados pela contratada;

8.52. Não será admitida a alegação de falta de recursos, tais como: materiais, pessoal, telefone, fax, correio eletrônico para o não recebimento de chamados técnicos por parte da contratada, assim como a solução da ocorrência não pode deixar de ser atendida por falta de componentes, transporte e capacitação;

8.53. Para a realização dos serviços desse objeto, os técnicos da contratada deverão estar equipados com os kits de ferramentas específicas, conforme **item 9.3.5**, colocando-os em operação, seguindo padrões já definidos nesse documento;

8.54. A contratada é responsável pela contínua reciclagem do conhecimento e constante treinamentos de seus técnicos, de modo a capacitá-los a atender as demandas atuais e futuras da Fiocruz, sem onerar o contrato;

8.55. A contratada deverá emitir mensalmente, junto com a Nota Fiscal, relatórios dos serviços executados e dos materiais utilizados por Unidade da FIOCRUZ, conforme modelo fornecido pela fiscalização, e outro com o resumo total dos materiais utilizados, conforme modelo fornecido pela fiscalização;

8.56. Os serviços serão executados, rotineiramente, em todos os locais atuais da FIOCRUZ, conforme endereços relacionados no **APÊNDICE 1** deste Termo de Referência.

Os prédios funcionais da FIOCRUZ, onde serão executados os serviços contratados, tem as seguintes características:

- Administrativo
- Laboratórios de pesquisas
- Hospitais
- Fábrica de medicamento
- Fábrica de vacinas
- Escolas
- Farmácias
- Museu
- Biblioteca
- Almoxarifado
- Prédios tombados pelo Patrimônio Histórico

8.57. Prazos de atendimento e solução

8.57.1. atendimentos emergenciais

Atendimentos emergenciais são os que ocorrem paralização total de um sistema ou serviço. Os atendimentos emergenciais deverão ser realizados de forma imediata e deverão ser concluídos em **até 4 horas**;

8.57.2. atendimentos prioritários

Atendimentos prioritários são os que afetam serviços indispensáveis à instituição, como serviços de 0800, serviços de sistemas de monitoramento, serviços de comunicação com o corpo de bombeiros, segurança, portarias, alarmes, dentre outros. Os atendimentos prioritários deverão ser realizados imediatamente e concluídos em **até 8 horas**;

8.57.3. atendimentos rotineiros

Os atendimentos rotineiros são todos os demais serviços que não se enquadram nos itens acima. Os atendimentos rotineiros deverão ser atendidos imediatamente ou agendados com o solicitante do serviço. O prazo de conclusão é de até **24 horas** corridas à abertura da solicitação, ou quando agendado, **24 horas** a contar a partir do início da execução do serviço.

Obs.: A complexidade de alguns serviços poderá exigir prazos maiores que os definidos nesse item. Nesses casos, a contratada deverá pactuar com a fiscalização, um novo prazo para a conclusão.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Materiais e peças de reposição

9.2.1. Os materiais e as peças de reposição serão fornecidos pela contratada, com base na Planilha de Materiais do **APÊNDICE 3**, após autorização do FISCAL do contrato, o qual se reserva ao direito de adquirir os materiais e peças, diretamente no mercado, caso seja conveniente financeiramente;

9.2.2. A contratada deverá fornecer, a cada período contratual, todos os materiais caracterizados como de consumo, conforme planilha de Materiais de Consumo do **APÊNDICE 7**.

9.2.3. Os materiais solicitados pela fiscalização da Fiocruz constantes na lista, deverão ser entregues em no máximo 48 horas. Caso a solicitação do material seja para solução de problemas inerentes aos serviços emergenciais do escopo deste Termo de Referência, o prazo observará o descrito no **item 8.57**;

9.2.4. Caso o material/peça necessário à execução do serviço não conste na lista de materiais, a contratada deverá obter a aprovação do fiscal do contrato para os custos envolvidos através de três propostas, mantendo os prazos determinados neste termo de referência.

9.3. Ferramental e equipamentos

9.3.1. Cada posto de trabalho do tipo técnico de telecomunicações e CFTV deverá possuir ferramental e mala de ferramentas, fornecida pela contratada, mala essa adequada para acomodar e transportar todas as ferramentas necessárias à execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

9.3.2. Todas as ferramentas a serem fornecidas aos técnicos de telecomunicações e CFTV deverão estar estritamente em conformidade com as especificações do **APÊNDICE 8**. A licitante vencedora deverá apresentar à fiscalização do contrato, o ferramental a ser entregue aos técnicos, para aprovação.

9.3.3. A contratada deverá manter no campus da Fiocruz, a partir do primeiro dia de vigência do contrato, os equipamentos necessários à programação dos serviços de manutenção (computador, impressora, estabilizador). Será também de responsabilidade da contratada o fornecimento dos insumos necessários, tais como: papel para a impressora, tinta/toner, dentre outros. Caso haja algum problema com os equipamentos, a empresa providenciará a substituição imediata.

9.3.4. Ao FISCAL do contrato, reserva-se o direito de revisar e inspecionar, a qualquer momento, as malas e o respectivo ferramental dos postos de trabalho, cabendo-lhe, ainda, a responsabilidade de solicitar a substituição imediata, caso constate irregularidades ou defeitos que possam vir a comprometer a qualidade da execução dos serviços contratados.

9.3.5. Os técnicos de telecomunicações e CFTV deverão possuir, no mínimo, as seguintes ferramentas individuais:

- a) 01 Alicates de bico;
- b) 01 Alicates de corte;
- c) 01 Alicates universal;

- d) 01 Chave de inserção "Puch Down";
- e) 01 Alicate de inserção do tipo Bargoa M10-B;
- f) 01 Alicate de inserção do tipo Bargoa BTDG;
- g) 01 Alicate de crimpar RJ45/RJ11;
- h) 01 Estilete;
- i) 01 Chave de fenda pequena;
- j) 01 Chave de fenda média;
- k) 01 Chave de fenda grande;
- l) 01 Chave de phillips pequena
- m) 01 Chave de phillips média
- n) 01 Chave de phillips grande;
- o) 01 Localizador e testador de cabos;
- p) 01 Bolsa com capacidade de carga de, no mínimo 30Kg, para o transporte das ferramentas;
- q) 01 Verruma;
- r) 01 Decapador de cabo UTP;
- s) 01 Pincel pequeno;
- t) 01 Badisco profissional;
- u) 01 Multímetro digital;
- v) 01 Giga de teste;
- w) 01 Ferro de solda;
- x) 01 Sugador de solda;

OBS.: Todas as ferramentas deverão possuir estritamente as especificações constantes no APÊNDICE 8. A fiscalização deverá aprovar as ferramentas que serão utilizadas pela licitante vencedora;

9.3.6. Além das ferramentas individuais, a equipe técnica deverá ter à sua disposição, sempre que necessário:

- a) 02 Etiquetadoras/rotuladoras;
- b) 02 Alicates de crimpar, RJ45 CAT6;
- c) 01 furadeira de 750W;
- d) 03 Computadores portáteis para programação, in loco, de equipamentos;
- e) 01 Jogo de chaves tork;
- f) 02 Adaptadores USB serial RS232;
- g) 02 Canetas ópticas;
- h) 06 Rádios comunicadores PTT;
- i) 01 Scanner de rede;
- j) 01 Alicate de crimpagem rápida para Jack RJ45;
- k) 01 Parafusadeira de impacto com jogo de bits;
- l) 01 Kit chave catraca e soquetes com 12 peças / tamanhos;
- m) 01 Kit chave de boca com cabeça móvel e catraca com 5 peças / tamanhos;
- n) 02 Geradores de tom e testador de cabo pro 200 Lan;
- o) 04 Kits de chaves J e T para abertura de tampas de caixas subterrâneas;
- p) 02 Lanternas tipo holofote;
- q) 02 Pés de cabra;
- r) 05 passa fios;
- s) 02 Trenas de 5m;
- t) 02 Trenas de 30m;
- u) 01 Jogo de brocas (nº3 a nº10) para madeira;
- v) 01 Jogo de brocas (nº3 a nº10) para metal;
- w) 01 Jogo de brocas (nº3 a nº10) para concreto;
- x) 13 Smartphones;

OBS.: Todas as ferramentas deverão possuir estritamente as especificações constantes no **APÊNDICE 8**. A fiscalização deverá aprovar as ferramentas que serão utilizadas pela licitante vencedora;

9.3.7. As ferramentas deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. O quantitativo de pessoal foi definido em função das horas/homem estimadas para a execução dos serviços deste Termo de Referência e foi baseado no histórico de demandas de solicitações de serviços do Sistema de Gerenciamento de Serviços de Manutenção, e pode ser identificado pela descrição dos serviços que serão executados e descritos neste Termo de Referência.

Produtividade de referência:

10.2. Quantidade de ordem de serviços mensais de manutenção preventiva e corretiva: 350 OS's.

Quantitativo da contratação:

10.3. Supervisor de Telecomunicações – um (01) posto de trabalho, no horário comercial.

10.4. Técnico de Telecomunicações – nove (09) postos de trabalho, no horário comercial.

10.5. Técnico de CFTV – três (03) postos de trabalho, no horário comercial.

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada, a seus empregados, deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- a) 06 (seis) camisas polo, com logomarca da empresa no bolso;
- b) 03 (três) calças jeans, com logomarca discreta da empresa;
- c) 01 (um) par de botas profissionais;
- d) 01 (um) cinto social;
- e) 03 (três) pares de meia soquete;
- f) 01 (um) Jaleco para todos os profissionais, sendo o jaleco do supervisor com identificação de supervisão nas costas;
- g) 01 (um) crachá de identificação, com fotografia e tarja magnética.

OBS.: Todas as peças deverão seguir estritamente as especificações constantes no APÊNDICE 6;

11.3. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

11.3.1. 02 (dois) conjuntos de peças ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto (com exceção do item f) a cada 12 (doze) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após comunicação escrita da contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação. O jaleco (item f) só deverá ser reposto em caso de solicitação da contratante;

11.3.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem inapropriados;

11.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

11.5. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- 11.5.1.** As peças deverão ser novas, não sendo aceitas peças reaproveitadas;
- 11.5.2.** A blusa polo (item 11.2 a.) e calça jeans (item 11.2 b.) deverão ser de algodão;

EPI's e segurança do trabalho:

11.6. As empresas contratadas pela FIOCRUZ estão sujeitas à legislação sobre saúde e segurança do trabalho e devem observar rigorosamente todas as exigências previstas na legislação vigente, quer sejam, Federais, Estaduais e Municipais referentes à segurança, higiene e saúde do trabalhador, principalmente as estabelecidas na CLT e nas leis sobre o assunto, onde estão contidas as normas regulamentadoras e legislações complementares pertinentes ao objeto do contrato, portanto são obrigações exigidas da contratada.

11.7. É de total responsabilidade da contratada o fornecimento dos equipamentos de proteção individual - EPI, de acordo com as exigências das normas de segurança do trabalho em vigor, bem como o uso obrigatório pelos profissionais, durante o exercício de suas atividades nas dependências da contratante.

11.8. Lista de EPI's:

- a) 02 (dois) Calçados de segurança;
- b) 01 (um) Capa de chuva em PVC;
- c) 01 (um) Capacete de segurança;
- d) 01 (um) Par de luvas de segurança;
- e) 01 (um) Óculos de segurança;
- f) 01 (um) Cinto de segurança para trabalhos em altura;

OBS.: Todas as peças deverão seguir estritamente as especificações constantes no APÊNDICE 6;

11.9. Os EPI's deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 12.2.1.** O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);
- 12.2.2.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);
- 12.3.** Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4.** Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:
- 12.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 12.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.6.4.** considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento das obrigações pela contratada;
- 12.10.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos e relatórios de inspeções técnicas, após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.12.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante;
- 13.8.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.10.** Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.14.** Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;

13.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.22. Assegurar à contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.23. Disponibilizar à contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.24. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.25. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.26. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.28. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.29. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.30. Atender às solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.33. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e às obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.33.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.33.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.33.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.34. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.35. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.36. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

Demais responsabilidades da contratada:

Transporte de pessoal, equipamentos e materiais

13.38. É de responsabilidade total da contratada o transporte de pessoal e ferramental adequados às necessidades de execução dos procedimentos descritos neste Termo de Referência, bem como para o atendimento de emergência quando necessário, tanto no campus Manguinhos, quanto nos demais campus localizados no Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, a contratada informará ao fiscal do contrato sempre que houver demanda de transporte de pessoal, peças, materiais e equipamentos, e este será feito pelo setor de transportes da Fiocruz.

13.39. Para o transporte de equipamentos, não poderá ser utilizado, em nenhum momento, o sistema de transporte público, visando à integridade e à segurança, além da agilidade no prazo de atendimento.

Quanto aos Trabalhadores

13.40. A contratada e somente esta, será responsável pelos encargos trabalhista, fiscais, comerciais e previdenciários resultante da execução deste contrato, não transferindo à FIOCRUZ, no caso de inadimplência da contratada com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, não podendo onerar o objeto do contrato;

13.41. Será de total responsabilidade da contratada todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando houver ocorrências em que forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência;

13.42. Quando for identificada a necessidade de substituição de um profissional, por motivo de licença, conduta inadequada ou por conhecimento técnico insuficiente para a perfeita realização dos serviços contratuais, o profissional substituto deverá atender o perfil descrito para o posto, devendo também ser registrado como empregado da contratada, recebendo a mesma remuneração e os respectivos benefícios do cargo;

13.43. A contratada apresentará, à fiscalização da FIOCRUZ, a relação nominal, junto com o comprovante de escolaridade, os atestados de sanidade física e mental, nos períodos previstos em lei, dos profissionais que prestarão os serviços. Deverá mencionar o endereço residencial e o local de trabalho, comunicando sempre qualquer alteração que ocorra, além do preenchimento do formulário denominado Ficha de Cadastro para Terceirizados da FIOCRUZ, assim que a contratada assumir os serviços, e sempre que houver modificações na lista de empregados vinculados ao contrato;

13.44. Os empregados, para a execução dos serviços contratados, possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a contratada, sendo esta responsável integralmente pelo pagamento dos salários, benefícios e demais vantagens, como também o recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes, bem assim por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço.

Adicional de insalubridade e adicional de periculosidade, para essa contratação, fica estabelecido que:

13.45. A contratada deverá entregar à fiscalização da Fiocruz, até o dia 30 (trinta) do início do contrato, contado a partir de sua assinatura, como em todas as possíveis prorrogações anuais, os seguintes documentos:

- a) Laudos de insalubridade e laudos de periculosidade, atualizados;
- b) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, atualizado;
- c) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, atualizado;
- d) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT atualizado;
- e) ASOS (Atestado de Saúde Ocupacional) atualizado.

13.46. Todos esses documentos deverão estar assinados (originalmente à caneta, não sendo aceito cópias) e com os devidos carimbos das autoridades competentes pela elaboração, contendo o respectivo número de registro profissional.

13.47. O laudo de insalubridade emitido por autoridade competente poderá ser objeto de avaliação, que será realizada pela equipe técnica da Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST), da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), da Fiocruz.

13.48. O laudo de periculosidade emitido por autoridade competente poderá ser objeto de avaliação, que será realizada pela equipe técnica da Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST), da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), da Fiocruz.

13.49. Constatada a incidência de algum dos adicionais, a empresa fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados respectivos, desde o início da execução dos serviços, e, nesse caso, também haverá direito à revisão de preços, na forma do art. 65, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93. (Acórdão 727/2009-Plenário do TCU).

13.50. Para fins de isonomia das propostas, deverá ser considerado na planilha de custos o percentual de 40% sobre o salário-mínimo nacional, para o possível pagamento de adicional de insalubridade, exceto expressa previsão em norma coletiva estipulando que o piso fixado será considerado o indexador do dito adicional.

13.51. De forma análoga, o adicional de 30% sobre o salário básico, para o possível pagamento do adicional de periculosidade, deverá ser considerado na formação de preços da licitante.

13.52. Importante ressaltar a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que aponta os adicionais de insalubridade e de periculosidade como não cumuláveis e firmou sua tese, em sendo: "O art. 193, § 2º, da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal e veda a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos".

13.53. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres ou de periculosidade da totalidade dos postos, ou em percentual menor do que o previsto, os valores destes adicionais serão corrigidos na Planilha de Custos.

13.54. Conforme orientação do Acórdão 4972/2011 e do Acórdão 727/2009 do TCU, o pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado em laudo emitido por autoridade competente, entregue à fiscalização do contrato em prazo máximo de 30 dias após a assinatura do contrato. Somente serão efetivamente pagos os percentuais aos postos indicados no laudo.

13.55. O profissional substituto de profissional identificado com exposição de risco insalubre deve obedecer às funções previstas no laudo de insalubridade.

13.56. Conforme o Art. 195 da CLT “A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho”.

13.57. Ainda segundo o Art. 189 da CLT “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”, esses limites de tolerância foram estipulados e positivados na Norma Regulamentadora 15 da Portaria nº 3.214/1978, que impõe limites ao empregador quando este expuser o empregado a agentes agressivos, sendo esses: Agentes físicos, químicos e biológicos.

Preposto e Deveres

- 13.58.** A contratada deverá nomear um representante responsável pelos serviços contratados, sem ônus ao contrato, com a finalidade de garantir a plena execução dos mesmos, fiscalizando e orientando tecnicamente e administrativamente seus funcionários, de forma a cumprirem com suas obrigações profissionais e contratuais determinadas pela contratante.
- 13.59.** O preposto terá a obrigação de reportar-se, sempre, à fiscalização da FIOCRUZ e providenciar que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 13.60.** A contratada deverá indicar um telefone fixo, um móvel e um e-mail para contato com o preposto.
- 13.61.** O preposto deverá participar de reuniões periódicas mensais e/ou sempre que for solicitado, com a fiscalização da FIOCRUZ.
- 13.62.** É dever do preposto receber da fiscalização da FIOCRUZ os documentos relacionados ao contrato, emitidos pela FIOCRUZ.
- 13.63.** É responsabilidade e dever do preposto na condição de indicado pela contratada para representá-la, ter o pleno conhecimento do Edital da Licitação, deste Termo de Referência, da proposta da contratada e do contrato firmado, visto que serão essas as bases de atuação na condução do objeto pactuado e das obrigações assumidas.
- 13.64.** Responder às demandas da FIOCRUZ relacionadas ao contrato.
- 13.65.** Entregar, em mãos à Fiscalização da FIOCRUZ, as faturas mensais, juntamente com as guias de recolhimento e os respectivos comprovantes de pagamento, assim como todos e quaisquer documentos e relatórios conexos solicitados.
- 13.66.** Zelar e se responsabilizar pelo cumprimento das cláusulas, normas e especificações previstas no contrato e neste Termo de Referência.
- 13.67.** Realizar o controle da jornada de trabalho dos funcionários vinculados ao contrato, objetivando o correto cumprimento desta.
- 13.68.** Garantir a entrega de crachás, vales (refeição, transporte, dentre outros), contracheques e outros documentos a cada empregado vinculado ao contrato, evitando que os trabalhadores se ausentem de seus postos de trabalho.
- 13.69.** Certificar-se e garantir que os trabalhadores residentes da contratada não estejam executando tarefas em desacordo com as atividades inerentes ao contrato;
- 13.70.** A Contratada deve manter preposto no local de prestação de serviço, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, que não poderá ser um dos postos planilhados do contrato.
- 13.71.** A contratada deve responsabilizar-se por:
- 13.72.** A contratada responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à FIOCRUZ ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 13.73.** A contratada deverá apresentar declaração de que fornecerá de imediato, sempre que necessário, durante a vigência do contrato, as peças de reposição constantes no APÊNDICE 3.
- 13.74.** A contratada ficará obrigada a repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da data de recebimento da notificação, quaisquer objetos comprovadamente danificados ou extraviados por seus empregados;
- 13.75.** A contratada deverá indicar um representante legal habilitado como preposto, com autonomia, para responder junto a Fiocruz pelo contrato, informando a forma de comunicação disponível para contatá-lo em qualquer horário, 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- 13.76.** Pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução deste contrato, não transferindo à FIOCRUZ em caso de inadiplência da contratada, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto do contrato, ressalvando o disposto no art. 71 §2º, da Lei nº. 8666/93;
- 13.77.** Por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando houver ocorrências em que forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços, em conexão ou contingência;
- 13.78.** Por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados aos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 13.79.** Registre-se, ainda, que os empregados em serviço possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a contratada, sendo esta responsável pelo pagamento de salários e demais vantagens, bem como o recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes. Ainda, por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma expressa dos artigos 30 e 60 do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº. 61.784, de 20 de novembro de 1987;
- 13.80.** A contratada deverá dispor, nas instalações da Fiocruz, de meios de comunicação próprios, como linhas telefônicas fixas ou móveis para comunicação externa e com os colaboradores residentes nas instalações da Fiocruz, como também com o fiscal do contrato.
- 13.81.** A contratada deverá estar apta para sanar todo e qualquer problema dos sistemas de telecomunicações, objeto deste contrato.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 14% (quatorze por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 14.1.1.** Serviços de fibra óptica como fusão, medição e testes;
- 14.1.2.** Desobstrução de trechos de rede subterrânea;
- 14.1.3.** Certificação de pontos de cabeamento estruturado;
- 14.2.** A contratada será comunicada pelo fiscal do contrato sobre a realização dos serviços, e terá o prazo de 48 horas, a partir da comunicação, para disponibilizar os serviços.
- 14.3.** Os serviços passíveis de subcontratação, e seus respectivos custos, estão listados no APÊNDICE 9 deste Termo de Referência.
- 14.4.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 14.5.** A subcontratação depende de autorização prévia da contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 14.6.** No momento que for ser executada a subcontratação no decorrer do contrato, a contratada deverá solicitar, por escrito, autorização expressa para subcontratar, apresentando ao gestor do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis antes do início da prestação do(s) serviço(s) subcontratado(s):
- 14.6.1.** Nome e endereço da empresa a ser subcontratada;
- 14.6.2.** Nome e endereço dos titulares e prepostos da empresa a ser subcontratada;
- 14.6.3.** Serviços a serem subcontratados;
- 14.6.4.** Data prevista para o início e conclusão dos serviços a serem subcontratados;

14.6.5. Os atos constitutivos da empresa a ser subcontratada, devidamente registrados na Junta Comercial ou cartório competente, bem como os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, de acordo com o art. 29 da Lei 8666/93.

OBS.: O valor total previsto para subcontratação do objeto deste Termo de Referência é de R\$ 1.113.066,94, equivalente a 12,4% do total do contrato.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

16.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de correio eletrônico (e-mail).

16.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5. A Contratada manterá preposto da empresa no local da execução do objeto, durante o período de 07:30h a 17:18h. Pela complexidade do objeto, que prevê manutenção em todos os sistemas de telecomunicações, englobando CFTV e telefonia IP, se justifica a necessidade de manutenção do preposto no local em que serão executados os serviços.

16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.7.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

16.7.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

16.7.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

16.7.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

16.7.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.7.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.7.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

16.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.7.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

16.7.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

16.7.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

16.7.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

16.7.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

16.7.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.7.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

16.7.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

16.7.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

16.7.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

16.7.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

16.8.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

16.8.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

16.8.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

16.9. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.10. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.

16.11. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.

16.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.16. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.16.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.16.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.16.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

16.17. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.18. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.18.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

16.19. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.22. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

16.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.25. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.26. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.27. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2. A gestão do contrato será feita pela Coordenação de Engenharia de Manutenção da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (CEM/COGIC).

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.3. Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

17.3.1. Tem por objetivo estabelecer os critérios para medição que serão aplicados na vigência do contrato, com exigências acerca da qualidade e da quantidade da execução dos serviços de rotina e sua respectiva medição, para fins de adequação ao pagamento aos resultados efetivamente obtidos durante o período de faturamento mensal do contrato, assim como estabelecimento e definição dos respectivos abatimentos.

17.3.2. São definidos indicadores de desempenho e parâmetros de avaliação (indícios de não conformidade) para os serviços contratados que irão permitir a definição de metas e a medição dos resultados atingidos em áreas críticas da execução do contrato.

17.3.3. O IMR estabelece as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviços, indicando as principais irregularidades/impropriedades pertinentes à prestação dos serviços nos campi Fiocruz.

17.3.4. A incidência de desconto pelo IMR na remuneração mensal da CONTRATADA, não anula a responsabilidade por danos civis e criminais, bem como a incidência de penalidades previstas neste documento e no instrumento contratual.

17.3.5. A avaliação dos serviços executados será realizada de forma periódica, podendo servir como fator redutor dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, em conformidade com o que for verificado no IMR.

17.3.6. Caso não atingido o nível esperado de qualidade de prestação do serviço, o valor mensal a ser pago à CONTRATADA será reduzido, conforme os índices de desconto da manutenção preventiva/preditiva, corretiva e análise geral do serviço da CONTRATADA.

17.3.7. O prazo de carência para adaptação e início da avaliação por meio de IMR será de 60 (sessenta) dias. Nesse período, ainda que não seja de fato glosada por determinada irregularidade, a CONTRATADA deverá medir e apresentar os IMR a fim de comprovar sua execução contratual.

17.3.8. O IMR referente à manutenção preventiva/preditiva, corretiva e análise geral do serviço da CONTRATADA são cumulativos, podendo gerar descontos no valor mensal da nota fiscal de faturamento a ser pago para a CONTRATADA pelo limite máximo de 15% (quinze por cento) de desconto.

17.3.9. A utilização do IMR não impede a aplicação de qualquer sanção administrativa pela não realização da manutenção corretiva ou preventiva no prazo ou na qualidade descrita neste Termo de Referência.

17.3.10. IMR para Análise Geral do Serviço

ANÁLISE GERAL DA CONTRATADA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir as condições operacionais perfeitas do contrato, da mão de obra e da prestação do serviço de maneira adequada.
Meta a cumprir	Não realizar nenhuma das infrações relacionadas nas tabelas abaixo.
Instrumento de Medição	Solicitação e diligência realizada pelo fiscal do contrato junto ao preposto, em documento escrito e/ou Requisições de serviços (RS) no sistema DIRACWEB ou outra ferramenta a ser implantada.
Forma de acompanhamento	Análise da resposta dessa solicitação do fiscal do contrato entregue pelo preposto do contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo de cada rotina	Cada irregularidade verificada/apontada na tabela "A" equivale a determinado um grau. A gravidade e a recorrência verificadas indicará desconto na fatura da CONTRATADA. A glosa (descontos) desse Indicador será aplicada sobre o valor da fatura mensal do contrato, descontados os valores dos serviços técnicos. A glosa máxima a ser aplicada no item será de até 15% do valor da fatura.
Início de Vigência	Da data da assinatura do contrato pelo período de 12 meses.
Faixas de ajuste de pagamento: Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará glosas pelo serviço deficitário, conforme a graduação estabelecida na Tabela B – IMR .	

TABELA A			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
5	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
6	Retirar das dependências da Fiocruz quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
7	Fornecer relatório gerencial faltando informação, com informação incorreta ou com ausência de qualquer filtro.	2	Por item e por ocorrência
8	Cobrança por serviços não prestados	2	Por ocorrência
9	Atraso na entrega de materiais, conforme prazos estabelecidos no item 9.2.3	1	Por ocorrência e por dia
10	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
11	Deixar de cumprir qualquer prazo estabelecido pelo Termo de Referência ou determinado pela fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia
12	Deixar de cumprir determinação da fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
13	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos e/ou afastados por qualquer motivo.	2	Por ocorrência
14	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	2	Por dia e por ocorrência

15	Deixar de entregar o uniforme aos funcionários a cada 12 (doze) meses.	1	Por dia
16	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
17	Deixar de creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade ou região metropolitana da prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
18	Deixar de zelar pelas instalações e patrimônio público da Fiocruz	3	Por ocorrência
19	Deixar de fornecer EPIs, quando exigido conforme a natureza do serviço, ou deixar de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por ocorrência
20	Deixar de atender os serviços de manutenção por falta de logística de pessoas e/ou equipamentos	1	Por ocorrência e por dia
21	Falta não justificada de colaborador	1	Por ocorrência e por dia
22	Atraso não justificado dos colaboradores	1	Para cada 10 horas de atraso no mês
23	Avaliação de serviço negativada, justificada	2	Por ocorrência
24	90% a 80% de serviços executados no mês	5	Por ocorrência (mensal)
25	80% a 70% de serviços executados no mês	10	Por ocorrência (mensal)
26	70% a 60% de serviços executados no mês	15	Por ocorrência (mensal)
27	60% a 50% de serviços executados no mês	20	Por ocorrência (mensal)
28	Abaixo de 50% de serviços executados no mês	25	Por ocorrência (mensal)

Tabela B - IMR		
DE	ATÉ	% A DEDUZIR
0	5	0,0%
6	10	0,5%
11	15	1,0%
16	20	2,0%
21	25	4,0%
26	40	8,0%
41	45	10,0%
46	50	12,5%
51		15,0%

17.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.4.1. não produziu os resultados acordados;

17.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

18.4.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

18.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

18.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.7. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.9.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.9.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.9.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

18.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.4.1. o prazo de validade;

19.4.2. a data da emissão;

19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

19.4.4. o período de prestação dos serviços;

19.4.5. o valor a pagar; e

19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)/365$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19.16. O pagamento dos materiais e das peças de reposição será realizado somente após a comprovação da efetiva troca, em caso de fornecimento de peça; e no caso de fornecimento de material, após a aprovação do fiscal, em relatório mensal, por parte da equipe de fiscalização.

20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

20.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

20.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

20.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

20.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

20.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e a instituição financeira.

20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito vinculada, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

21.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

21.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

21.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

21.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

21.7. As repactuações a que a Contratada fazer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

21.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

21.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

21.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

21.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

21.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

21.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

21.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

21.14. Para essa pretensão contratação será estipulado prazo de vigência de doze meses, com possibilidade de prorrogação. Havendo a prorrogação contratual, deverá a contratada realizar na planilha de custos e formação de preços, a amortização dos custos fixos e/ou variáveis de verbas não renováveis, bem como a análise de rubricas provisionadas a partir de estudos estatísticos que porventura não tiveram utilização comprovada, a partir de negociação com a empresa contratada. A realização desta ação respeita o Acórdão do TCU nº 1.186/2017, o Relatório de Avaliação da Controladoria-Geral da União – CGU <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/920386> e a Portaria GM/MS nº 402 de 2021.

21.15. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

21.15.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.15.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.15.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.15.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

21.15.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.16.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.16.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

21.16.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.18. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.19. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

21.20. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

21.21. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

22.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

22.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

22.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10. Será considerada extinta a garantia:

22.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

22.12. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

22.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

22.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

22.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

23.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

23.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

23.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

23.3. O retardamento da execução previsto no **item 23.1 - b**, estará configurado quando a Contratada:

23.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após a assinatura deste;

23.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

23.3.3. Será configurado o atraso injustificado, caso a Contrata não solucione as ordens de serviço da manutenção corretiva no prazo de 4 (quatro) dias úteis, por motivo de necessidade de compra de qualquer material.

23.3.4. Configura-se também atraso injustificado, que será cobrado por hora útil de atraso, contado a partir do recebimento da OS pela Contratada, o não atendimento, sem causa justificada, das ordens de serviço no prazo de 4 (quatro) horas corridas para os chamados considerados urgentes pela fiscalização; ou no prazo de 6 (seis) horas úteis para as solicitações normais corretivas.

23.4. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato. Para inexecução total, a multa aplicada será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

23.4.1. Será considerada a inexecução parcial do objeto, quando a Contratada:

23.4.1.1. Recusar executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.

23.4.1.2. Alcançar o total de 30 pontos no **IMR** pelo período de 3 meses subsequentes ou 9 meses no período da vigência contratual, onde cada ponto se enquadra nas situações previstas na **TABELA A** do **item 17.3.10** deste Termo de Referência.

23.4.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando:

23.4.2.1. Houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias após a retirada da nota de empenho;

23.4.3. Os serviços forem feitos em desacordo com os itens deste Termo, ou pela sucessiva e constante reprovação dos serviços pelo fiscalizador. Entende-se por sucessiva e constante reprovação dos serviços, a ocorrência de rejeição na aquisição de peças por motivo de qualidade inferior, não originais ou recuperadas; também, pelo não cumprimento dos prazos de garantia dos serviços, ou seja, 6 meses para serviços, peças/materiais; além do sucessivo e constante não cumprimento dos prazos para solução das RS corretivas e da manutenção preventiva.

23.4.4. Alcançar o total de **60 pontos no IMR** pelo período de 3 meses subsequentes ou 9 meses no período da vigência contratual, onde cada ponto se enquadra nas situações previstas na **TABELA A** do **item 17.3.10** deste Termo de Referência.

23.5. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **TABELAS 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.6. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no **subitem “iv”** também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

23.7. As sanções previstas nos **subitens “i”, “iii”, “iv” e “v”** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **TABELAS 1 e 2**:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
---	--

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

23.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.9.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.9.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.9.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. Para cumprimento do objeto da contratação é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e de capacidade de execução.

24.3.2. Os serviços de manutenção de redes de telecomunicações, sistemas de telecomunicações e circuito fechado de TV, são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado (item 9.1 do Anexo VI-A, da IN nº 5, de 2017).

24.3.3. Comprovação que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes a 50% da contratação, portanto, contrato(s) com ao menos 6 postos de trabalho.

24.3.3.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

24.3.4 . A Empresa deverá apresentar Certificado de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em validade;

24.3.5. Entende-se, para fins deste Termo, como pertencente ao quadro técnico da licitante o Sócio, Diretor, Empregado, Responsável técnico ou profissional contratado.

24.3.5.1. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

b) Diretor: Cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia de ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

c) Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou contrato de trabalho em vigor;

d) Responsável Técnico: cópia da certidão expedida pelo CREA da sede ou filial da Licitante, onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do profissional; ou
- Contrato Social ou último aditivo, se houver; ou
- Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

e) Profissional contratado: contrato de prestação de serviço;

f) Declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional.

24.3.5.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.5.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.3.5.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.5.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

24.3.6.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

24.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.4.1. Valor Global: R\$ 8.972.372,94 (Oito milhões novecentos e setenta dois mil trezentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

24.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

24.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

25.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 8.972.372,94 (Oito milhões novecentos e setenta dois mil trezentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: COGIC

Fonte de Recursos: 06151000000

Programa de Trabalho: 1012.20032.2000.0033

Elemento de Despesa: 339039

Rio de Janeiro, 17 de março de 2022.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável.

Apêndices:

Apêndice 0 - Estudo Técnico Preliminar;

Apêndice 1 - Relação de Sistemas de Telecomunicações de Manutenções Preventivas e Corretivas;

Apêndice 2 - Relação de Sistemas de CFTV de Manutenções Preventivas e Corretivas;

Apêndice 3 - Materiais e Peças de Reposição;

Apêndice 4 - Lista de Ferramentas dos Profissionais;

Apêndice 5 - Lista de Ferramentas Coletivas das Equipes de Telecomunicações e CFTV;

Apêndice 6 - Lista de Uniformes e EPI;

Apêndice 7 - Lista de Materiais de Consumo;

Apêndice 8 – Especificações de Equipamentos e Utensílios;

Apêndice 9 – Serviços Sob Demanda;

Apêndice 10 – Instrumento de Medição de Resultados.



Documento assinado eletronicamente por **SEVERINO BATISTA DOS SANTOS, Técnico em Saúde Pública**, em 29/03/2022, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO DA SILVA, Tecnologista em Saúde Pública**, em 29/03/2022, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO AFFONSO TEIXEIRA, Técnico em Saúde Pública**, em 29/03/2022, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1570880** e o código CRC **E8AA6FBA**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Serviços Continuados com dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Julho/2021

Referência: Processo nº 25389.000280/2021-11

SEI nº 1570880